



Relatório de Contas 2018

Câmara Municipal do Fundão



Departamento de Administração e
Finanças

Relatório de Contas 2018

Câmara Municipal do Fundão

Índice

Conteúdo

Índice	1
Execução Orçamental	3
Resumo Global	3
Receita	3
Despesa	5
Grandes Opções do Plano	8
Valor executado no ano por objectivo	8
Peso relativo de execução por objectivo	8
Balanço	10
Ativo	10
Passivo e Capital Próprio	11
Demonstração de Resultados	12
Custos	12
Proveitos	13
Recursos Humanos	14
Dívida e Endividamento	16
Natureza da dívida	16
Dívida e Lei das Finanças Locais	17
Limite da Dívida	17
Pagamentos em atraso	17
Equilíbrio Orçamental	17

Índice de Endividamento	18
Aplicação de Resultados	18
Relação dos documentos anexos ao relatório para aprovação	19

Execução Orçamental

No ano 2018 foi elaborado um orçamento de base zero dado que nos encontramos em plena execução do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) e se tem vindo a proceder à monitorização do PAF aprovado no âmbito do PAEL.

O Município do Fundão em 2017 deixou de estar formalmente em rutura financeira tendo passado de um índice de endividamento em 01/01/2014 de 4,38 para 2,81 em dezembro de 2017, ainda assim em 2018 e tendo como finalidade reduzir os encargos financeiros, serviço de dívida, aderiu ao Fundo de Apoio Municipal, processo negocial que se deu durante o ano 2018, tendo obtido o visto do Tribunal de Contas em 27/12/2018.

De seguida iremos apresentar os níveis de execução e quadros resumo em relação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano 2018 e de anos anteriores, por forma a ter uma perspectiva de evolução.

Note-se que a execução orçamental em 2018 já teve em linha de conta o processo de negociação acima referenciado, no entanto apenas houve como efeito a substituição do empréstimo do PAEL para o FAM, não tendo havido, para além da suspensão de pagamento de amortizações, mais qualquer efeito.

Resumo Global

Receitas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	%
Receitas Correntes	26.200.052,00	26.199.593,00	22.695.096,94	87%
Receitas de Capital	5.190.257,00	36.603.190,00	36.167.636,00	99%
Saldo da Gerência	0,00	403.663,26	403.663,26	100%
<i>Total Receitas</i>	31.390.309,00	63.206.446,26	59.266.396,20	93,77%
Despesas				
Despesas Correntes	17.329.713,00	18.516.131,26	16.941.162,55	91%
Despesas de Capital	14.060.596,00	44.690.773,45	41.285.993,38	92%
<i>Total Despesas</i>	31.390.309,00	63.206.904,71	58.227.155,93	92%

Receita

O grau de execução da receita global em 2018 foi de 93,77% conforme se poderá verificar no mapa do controlo orçamental da receita.

Nestes termos afirma-se que foi cumprido o estatuído no nº 3 do artigo 56º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - RFALEI - Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

Receitas Correntes

O nível de execução das receitas correntes foi de 87%. Estas receitas pela sua característica apresentam um carácter certo e permanente com menor grau de incerteza, desde que não sejam alterados os pressupostos legais na sua arrecadação, fluindo essencialmente em função da conjuntura económica, que se encontra mais estável neste momento.

	2016	2017	2018	Evolução
Impostos Directos	4.783.871,55	5.204.661,82	4.898.393,28	-6%
Impostos Indirectos	148.938,06	131.984,96	250.149,64	90%
Taxas, Multas e outras Penalidades	371.642,94	508.215,03	385.032,45	-24%
Rendimentos de Propriedade	2.031.422,20	2.000.787,35	2.007.589,36	0%
Transferências Correntes	10.709.017,31	11.083.065,74	11.663.784,89	5%
Venda de Bens e Prestação Serviços	2.870.536,88	2.834.777,92	3.256.765,81	15%
Outras Receitas Correntes	309.843,63	300.907,65	230.491,39	-23%
	21.225.272,57	22.064.400,47	22.692.206,82	3%

Verificamos um aumento global nas receitas correntes, aumento superior ao IPC publicado pelo INE de 1,0% o que é revelador do aumento da actividade económica local.

Verificou-se uma redução nos impostos directos proveniente do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis que registou em 2017 uma arrecadação anormalmente alta, tendo os outros impostos, IMI e IUC registado um aumento de 2017 para 2018 de 4% e 6% respectivamente.

Receitas de Capital

Á excepção das transferências do Estado (FEF – Capital), esta receita tem um perfil de natureza pontual e quase extraordinária. O grau de execução (% executada face ao orçamentado) da mesma foi de 99%.

	2016	2017	2018	
Vendas de Bens de Investimento	445.000,00	22.135,16	19.136,78	-14%
Transferências de Capital	2.165.885,03	1.634.031,07	3.328.460,59	104%
Activos Financeiros	2.994,59	-	-	
Passivos Financeiros	1.740.000,00	1.000.000,00	32.816.595,71	3182%
Outras Receitas de Capital	169.421,21	21.677,56	3.442,92	-84%
Rep.não abatidas nos pagamentos	11.246,49	10.466,20	2.620,14	-75%
	4.534.547,32	2.688.309,99	36.170.256,14	1245%

Se expurgarmos o efeito relacionado com o FAM, 1º desembolso para amortização do empréstimo PAEL pelo valor de 31.816.595,71, teremos o seguinte:

	2016	2017	2018	
Vendas de Bens de Investimento	445.000,00	22.135,16	19.136,78	-14%
Transferências de Capital	2.165.885,03	1.634.031,07	3.328.460,59	104%
Activos Financeiros	2.994,59	-	-	
Passivos Financeiros	1.740.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0%
Outras Receitas de Capital	169.421,21	21.677,56	3.442,92	-84%
Rep.não abatidas nos pagamentos	11.246,49	10.466,20	2.620,14	-75%
	4.534.547,32	2.688.309,99	4.353.660,43	62%

As receitas de capital apresentam um carácter pontual dependendo de factores de natureza não constante.

Concluimos que o aumento global é influenciado pela arrecadação das comparticipações a receber no âmbito do programa Portugal 2020 e ainda do QREN.

E que sem o efeito gerado pelo FAM o grau de execução das receitas de capital foi de 91% e que o grau de execução total seria de 87,45%. Uma vez que passaríamos a ter o seguinte:

Receitas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	%
Receitas Correntes	26.200.052,00	26.199.593,00	22.695.096,94	87%
Receitas de Capital	5.190.257,00	4.786.594,29	4.351.040,29	91%
Saldo da Gerência	0,00	403.663,26	403.663,26	100%
<i>Total Receitas</i>	31.390.309,00	31.389.850,55	27.449.800,49	87,45%

Despesa

Neste capítulo apresentamos a execução orçamental da despesa.

Despesas	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução	%
Despesas Correntes	17.329.713,00	18.516.131,26	16.941.162,55	91%
Despesas de Capital	14.060.596,00	44.690.773,45	41.285.993,38	92%
<i>Total Despesas</i>	31.390.309,00	63.206.904,71	58.227.155,93	92%

Apresentamos um grau de execução global do lado da despesa de 92%, como se poderá confirmar no mapa de controlo orçamental da despesa.

Despesas Correntes

	2016	2017	2018	
Pessoal	5.626.791,13	5.755.370,29	6.027.909,58	4,74%
Aquisição de Bens	792.045,59	919.905,34	1.793.691,99	94,99%
Aquisição de Serviços	5.744.132,07	6.232.153,97	6.964.426,23	11,75%
Transferências Correntes	1.114.791,70	1.058.603,50	1.108.235,93	4,69%
Encargos Financeiros	1.800.791,65	1.123.044,42	532.521,99	-52,58%
Outras Despesas Correntes	161.266,33	175.140,22	514.376,83	193,69%
	15.239.818,47	15.264.217,74	16.941.162,55	10,99%

Verifica-se um aumento global de 11% influenciado:

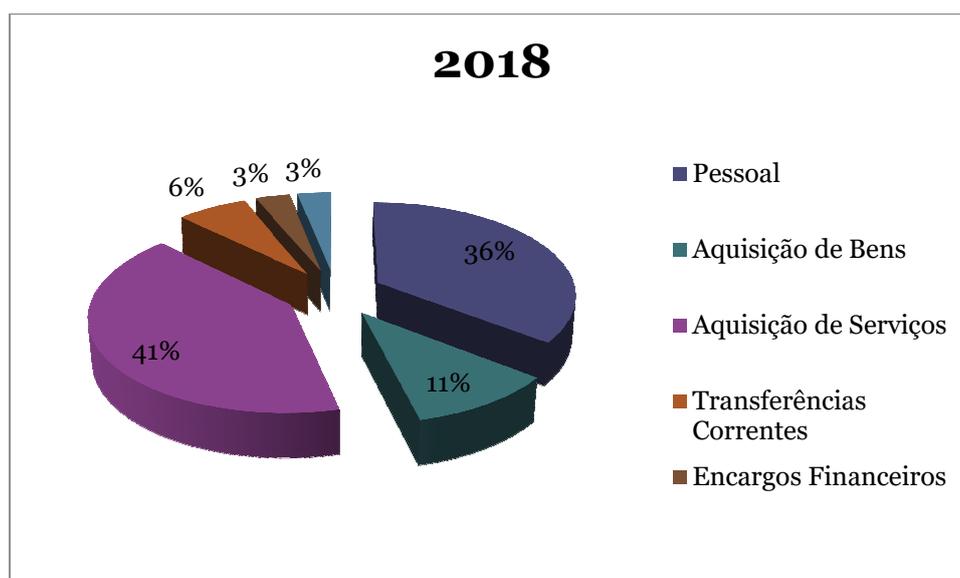
Pelo pagamento das despesas com água e saneamento em alta reiniciado em 2018, à exceção da componente de saneamento que ultrapasse 80% do consumo de água, valor este que se encontra provisionado.

Aumento na aquisição de prestações de serviço inerente às acções e actividades desenvolvidas no âmbito de programas financiados, como é o caso concreto do combate ao insucesso escolar.

Em matéria de despesas com pessoal a influencia é proveniente, do aumento do RMMG, do descongelamento das carreiras, e da regularização de precários.

Ainda assim foi compensado com a redução de encargos financeiros, redução esta gerada pelo processo de negociação tendo-se suspenso o pagamento dos encargos relacionados com o empréstimo PAEL.

O peso relativo das rubricas é o que se apresenta a seguir:



Despesas de Capital

	2016	2017	2018	
Investimentos	1.882.870,57	2.526.261,74	3.934.857,05	56%
Transferências de Capital	1.481.980,86	1.330.698,61	1.447.229,14	9%
Activos Financeiros	79.816,50	159.633,00	139.679,00	-12%
Passivos Financeiros	7.130.063,51	5.392.102,94	35.764.228,19	563%
Outras Despesas de Capital		5.000,00	-	
	10.574.731,44	9.413.696,29	41.285.993,38	339%

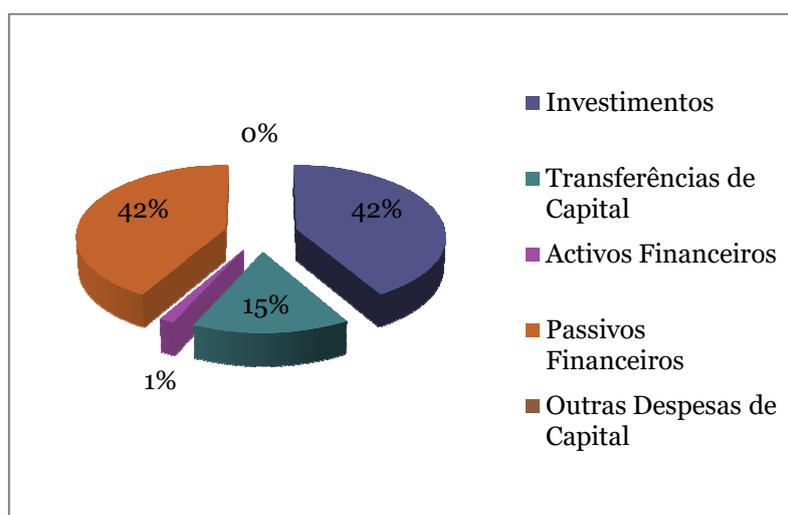
Verifica-se um significativo aumento no capítulo do investimento, originado por duas realidades. A execução dos investimentos relacionados com os incêndios de 2017, para reposição dos danos sofridos, e a aprovação e início de execução de obras financiadas no âmbito do programa 2020.

Note-se que o investimento líquido de financiamento é de 1.740.904,46, uma vez que em transferências proveniente de participações foi arrecadado em 2018 2.193.952,59

À semelhança do capítulo da receita, existe igualmente um efeito resultante da aprovação do PAM e amortização total do empréstimo do PAEL, que ao expurgar da execução resulta no seguinte quadro que demonstra um aumento global de apenas 1%, com uma nítida canalização da poupança obtida no pagamento de empréstimos para investimentos :

	2016	2017	2018	
Investimentos	1.882.870,57	2.526.261,74	3.934.857,05	56%
Transferências de Capital	1.481.980,86	1.330.698,61	1.447.229,14	9%
Activos Financeiros	79.816,50	159.633,00	139.679,00	-12%
Passivos Financeiros	7.130.063,51	5.392.102,94	3.947.632,48	-27%
Outras Despesas de Capital		5.000,00	-	-
	10.574.731,44	9.413.696,29	9.469.397,67	1%

O peso relativo das despesas de capital é o que se apresenta de seguida:

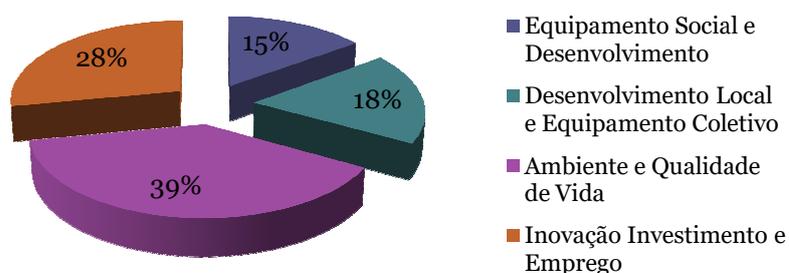


Grandes Opções do Plano

Valor executado no ano por objectivo

	2018
Equipamento Social e Desenvolvimento	1.582.448,56
Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo	1.945.652,26
Ambiente e Qualidade de Vida	4.137.399,01
Inovação Investimento e Emprego	2.984.881,08
	10.650.380,91

Peso relativo de execução por objectivo



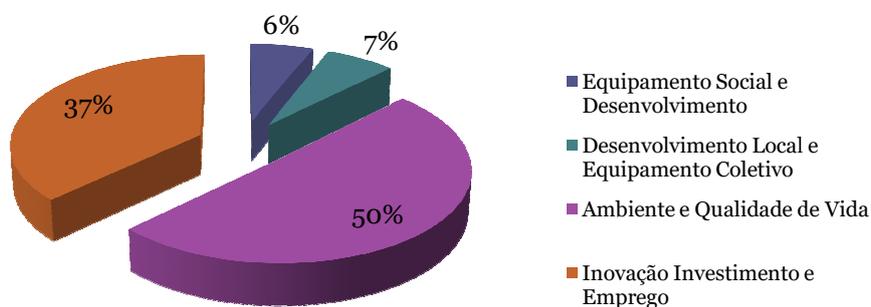
A análise ao peso relativo dos 4 grandes objetivos revela que o Ambiente e Qualidade de Vida teve uma maior relevância. Note-se que este efeito decorre da concretização das obras relacionadas com o POSEUR no âmbito da drenagem e tratamento de águas residuais, das prestações de serviços relacionadas com deposição de resíduos sólidos, limpeza urbana, e saneamento, assim como o pagamento de água em alta.

Plano Plurianual de Investimentos

Se analisarmos a distribuição da despesa de investimento do ano por objectivo obtemos o seguinte quadro:

	2018
Equipamento Social e Desenvolvimento	232.016,88
Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo	259.823,34
Ambiente e Qualidade de Vida	1.982.526,33
Inovação Investimento e Emprego	1.460.490,50
	3.934.857,05

Que apresenta a seguinte distribuição quanto ao peso relativo de cada objectivo:



Destaca-se igualmente o Objectivo de Ambiente e Qualidade de Vida no qual se pode encontrar no capítulo da Protecção e valorização da natureza onde se encontra as acções desenvolvidas no âmbito da reposição dos danos gerados pelo incêndios pelo valor de 576.412,93; Manutenção da rede viária 448.32,07 e como já referido POSEUR no âmbito da drenagem e tratamento de águas residuais 794.899,68.

Balanço

Ativo

	2017	2018	Diferencial	
Bens de Dominio Publico	78.386.479,98	77.417.525,35	- 968.954,63	-1,24%
Imobilizações Incorpóreas	1.183.867,92	895.813,20	- 288.054,72	-24,33%
Imobilizações Corpóreas	63.465.411,35	63.093.431,08	- 371.980,27	-0,59%
Investimentos Financeiros	4.894.360,28	4.494.073,48	- 400.286,80	-8,18%
Existências	51.526,69	61.724,44	10.197,75	-
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	8.392.567,45	7.040.732,80	- 1.351.834,65	-16,11%
Títulos Negociáveis	-	-	-	
Depósitos em Instituições Financeira e Caixa	707.355,05	1.359.010,44	651.655,39	92,13%
Acréscimos e Diferimentos	5.105.393,81	5.297.193,20	191.799,39	3,76%
	162.186.962,53	159.659.503,99	- 2.527.458,54	-1,56%
Amortizações Acumuladas	60.512.050,52	65.912.739,62	5.400.689,10	8,92%
Provisões	2.131.102,20	2.688.569,43	557.467,23	26,16%
Ativo Bruto	224.830.115,25	228.260.813,04	3.430.697,79	1,53%

Para melhor compreensão e ou justificação de alguns valores e ou particularidade da conta remete-se para as notas ao balanço e demonstração de resultados.

A redução do ativo liquido justifica-se pelo efeito provocado pelas amortizações de 5.400.689,10 e provisões de cobranças duvidosas de 557.467,23 tendo o ativo bruto aumentado em 3.430.697,79.

Passivo e Capital Próprio

Passivo

Passivo				
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo				
Dívidas a Instituições de Crédito	48.261.069,17	51.484.032,80	3.222.963,63	7%
Outros Credores de Médio e Longo Prazo	1.462.313,83	770.176,39	- 692.137,44	-47%
	49.723.383,00	52.254.209,19	2.530.826,19	5%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Empréstimo de M/L a pagar no ano seguinte	9.023.438,60	2.852.842,49	- 6.170.596,11	-68%
Adiantamento por Conta de Vendas	-	-	-	
Fornecedores C/C e Conferência	619.956,99	457.708,16	- 162.248,83	-26%
Fornecedores de Imobilizado C/C	606.371,47	503.985,76	- 102.385,71	-17%
Estado e Outros Entes Públicos	88.721,06	81.687,75	- 7.033,31	-8%
Administração Autarquica	88.019,51	52.587,61	- 35.431,90	-40%
Outros Credores	831.387,10	935.446,77	104.059,67	13%
	11.257.894,73	4.884.258,54	- 6.373.636,19	-57%
Total Dívidas	60.981.277,73	57.138.467,73	- 3.842.810,00	-6%
Provisões para Riscos e Encargos	23.796.533,14	24.493.451,43	696.918,29	3%
Acréscimos e Diferimentos	40.247.616,83	42.403.018,67	2.155.401,84	5%
	64.044.149,97	66.896.470,10	2.852.320,13	4%
Total do Passivo	125.025.427,70	124.034.937,83	- 990.489,87	-1%

Verifica-se uma redução Total do Passivo em 990.489,87 e da dívida a pagar em 3.842.810,00 este desiderato resulta essencialmente no reconhecimento de proveitos diferidos proveniente da aprovação e contratação de financiamentos comunitários que configuram um subsídio ao investimento. Contabilmente este direito e proveito apenas será considerado proveito nos anos seguintes na proporção idêntica à taxa de amortização dos investimentos, até lá constará do passivo.

A dívida de curto prazo expurgada do valor dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar no prazo de um ano (2.852.842,49) totaliza 2.031.416,05 quando em 2017 era de 2.234.456,13 reduzindo desta forma 203.040,08

Capital Próprio

Esta grandeza do Balanço reflecte o valor patrimonial da entidade, ou seja o valor que a entidade reflecte quando aos ativos se deduzem os passivos (dívidas, riscos potenciais- provisões, e direitos obtidos cujo proveito será aplicado por força da utilização de infraestruturas ao longo do tempo – diferimentos).

	2017	2018	Varição	%
Fundos Próprios				
Património	39.381.295,73	39.351.511,31	29.784,42	0%
Reservas	563.627,82	563.627,82	-	0%
Resultados Transitados	- 3.509.991,36	- 2.780.805,72	729.185,64	107%
Resultado Líquido do Exercício	726.602,64	- 1.509.661,25	- 2.236.263,89	148%
	37.161.534,83	35.624.672,16	- 1.536.862,67	-4%

Demonstração de Resultados

Custos

	2017	2018	Varição	%
Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas	174.256,53	126.444,08	- 47.812,45	-27,44%
Fornecimento de Serviços Externos	6.428.178,00	8.611.274,27	2.183.096,27	33,96%
Remunerações	4.827.394,37	5.180.536,90	353.142,53	7,32%
Encargos Sociais	1.149.078,68	1.199.684,25	50.605,57	4,40%
Transferências Correntes e Prestações Sociais	821.998,88	780.592,15	- 41.406,73	-5,04%
Amortizações do Exercício	5.134.293,21	5.399.817,04	265.523,83	5,17%
Provisões do Exercício	1.576.894,77	1.740.004,13	163.109,36	10,34%
Outros Custos e Perdas Operacionais	171.119,72	390.745,95	219.626,23	128,35%
Total de Custos Operacionais	20.283.214,16	23.429.098,77	3.145.884,61	15,51%
Custos e Perdas Financeiras	1.134.665,34	1.644.121,96	509.456,62	44,90%
Custos e Perdas Extraordinárias	2.476.600,13	1.383.385,72	- 1.093.214,41	-44,14%
Total de Custos	23.894.479,63	26.456.606,45	2.562.126,82	10,72%

Verifica-se um aumento global de 2,72% pelo valor de 701.529,97.

O aumento de 2.183.096,27 em fornecimento de serviços externos, resulta dos seguintes aumentos:

Do reinício do pagamento de água e saneamento, de ações de limpeza florestal levadas a cabo para prevenção de incêndios e dos fornecimentos de serviços externos associados a programas financiados, como é o caso do combate ao insucesso escolar entre outros

Um aumento de custos com pessoal de 403.748,10, gerado pelo aumento RMMG, o descongelamento das carreiras e a integração de precários.

Um aumento significativo em custos e perdas financeiras 509.456,62 resultante do lançamento do custo dos juros a liquidar por contrapartida do acréscimo de custos.

Proveitos

	2017	2018	Varição	%
Vendas de Produtos	835.114,03	1.112.558,08	277.444,05	33,22%
Prestações de Serviços	1.896.321,10	1.449.585,40	- 446.735,70	23,56%
Impostos e Taxas	5.499.875,50	5.716.295,96	216.420,46	3,94%
Proveitos suplementares	1.974.078,95	2.321.401,30	347.322,35	17,59%
Transferências e subsídios obtidos	12.272.621,65	12.807.850,52	535.228,87	4,36%
Total de Proveitos Operacionais	22.478.011,23	23.407.691,26	929.680,03	4,14%
Proveitos e ganhos financeiros	469.950,18	14.326,80	- 455.623,38	- 96,95%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.673.120,86	1.524.927,14	- 148.193,72	-8,86%
Total de Proveitos	24.621.082,27	24.946.945,20	325.862,93	1,32%

No capítulo dos proveitos verificamos um aumento global de 1,32%.

Assim e face às análises apresentadas o resultado líquido do exercício apresenta um valor deficitário de 1.509.661,25 justificado pelo valor elevado das amortizações e depreciações (5.399.817,04), assim como o não poder reconhecer os proveitos provenientes dos subsídios ao investimento, sendo os mesmos tratados como proveitos diferidos e não proveitos de exercício (2.162.199,77).

Recursos Humanos

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 foi aprovada pela Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro.

I

Ao nível da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) o Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro, veio implementar a subida da RMMG de € 557,00 para € 580,00. Esta medida produziu efeitos a 1 de janeiro de 2018.

Nos termos deste diploma, para os trabalhadores com vínculo de emprego público, o montante pecuniário do 2º nível remuneratório da Tabela Única Remuneratória (TRU), aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, passou a corresponder ao da RMMG.

II

O subsídio de férias e o subsídio de Natal foram pagos, na íntegra, pelo Município do Fundão aos seus trabalhadores nos meses de junho e novembro de 2018, respetivamente.

III

Cumprindo o disposto no artigo 20º da LOE/2018, manteve-se no ano de 2018, como medida de equilíbrio orçamental, a prorrogação dos efeitos dos artigos 38º, nº 2, alíneas b) e d), 39º e 42º da LOE/2015, que vedavam a prática de quaisquer atos que consubstanciassem o pagamento de prémios de desempenho ou de remunerações diferentes das auferidas nas categorias de origem, bem como a negociação do posicionamento remuneratório na sequência de procedimentos concursais.

IV

No que se refere ao pagamento do trabalho extraordinário foi reposto o regime de trabalho suplementar previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, com efeitos a 01.01.2018 – Cfr. artigo 22º da LOE/2018.

V

Em 2017 verificou-se a atualização do subsídio de refeição que se fixou em € 4,52 a partir de 1 de janeiro e em € 4,77 a partir de 1 de agosto de 2017. Em 2018 manteve-se o mesmo valor de € 4,77 como subsídio de refeição.

VI

Nos termos do artigo 18º da LOE/2018 o Município do Fundão encetou e concluiu o processo de descongelamento das carreiras previsto na lei do orçamento de estado tendo efetuado a análise dos processos de 248 trabalhadores e registado 162 alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório.

VII

No âmbito da Lei nº 112/2017, de 29.12, foi iniciado e concluído, em 2018, o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários do Município do Fundão. Neste processo foram reconhecidos 49 postos de trabalho como necessidades permanentes: 21 técnicos superiores, 5 assistentes técnicos e 23 assistentes operacionais. Durante o ano de 2018 foram iniciados e concluídos

todos os procedimentos concursais e celebrados os competentes contratos de trabalho em funções públicas.

VIII

O Município do Fundão celebrou Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP's) com o STE e com o STAL, publicados na 2ª Série do Diário da República de 04.12.2015 e de 03.12.2015, respetivamente.

Estes ACEP's foram alterados, designadamente quanto às condições previstas na Cláusula 10ª (Isenção de Horário) e ao aditamento da Cláusula 12ª-A (Avaliação do desempenho – Recompensa), e essas alterações foram igualmente publicadas a 09.11.2017 (com o STE) e a 16.10.2017 (com o STAL). Assim, em 2018 foram celebrados Acordos de Isenção de Horário com alguns trabalhadores com a finalidade de garantir o funcionamento de piquetes de apoio às necessidades do Município. Foi, de igual modo, implementada a atribuição de dias de férias aos trabalhadores em função da avaliação de desempenho relativa ao Biénio 2015-2016 nos termos do ACEP em vigor.

IX

Ao nível do Mapa de Pessoal:

Sofreu uma alteração em fevereiro de 2018 para introdução dos lugares previstos para os postos de trabalho precários;

Foram colocados em mobilidade interna intercarreiras na carreira e categoria de técnico superior 1 assistente operacional, 2 assistentes técnicos, 1 coordenador técnico e 1 fiscal municipal num total de 5. Foi colocado em mobilidade interna intercategorias na categoria de encarregado operacional da carreira de assistente operacional 1 assistente operacional. Foi colocado em mobilidade interna intercarreiras na carreira e categoria de assistente técnico 1 assistente operacional (total das mobilidades – 7);

Foram em mobilidade interna entre serviços para fora do Município do Fundão 4 técnicos superiores;

Ficaram em situação de aposentação, em 2018, 4 assistentes operacionais.

Dívida e Endividamento

Natureza da dívida

Descrição	2017		2018	
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	57.284.508		54.336.875	
Outros Credores de Longo Prazo leasing	1.462.314		770.176	
Total Dívidas m/l prazo		58.746.822		55.107.052

Dívidas de Curto Prazo				
Empréstimo C.P.		0		0
Adiantamentos por conta de vendas		0		0
Fornecedores c/c		619.957		457.708
Fornecedores Imobilizado c/c		606.371		503.986
Estado e Outros Entes Públicos		88.721		81.688
Administração Autárquica		88.020		52.588
Outros Credores		831.387		935.447
Total Dívidas curto prazo		2.234.456		2.031.416
Total da Dívida		60.981.278		57.138.468
Dívida REFALEI*		59.959.239		56.460.116

Podemos verificar neste quadro uma redução total da dívida de 3.842.810,00

Sendo de curto prazo 203.040,00.

No quadro da Lei entende-se que no total da dívida existem valores que não deveriam ser contabilizados por não se considerarem dívida gerada pelo Município como é o caso de valores retidos pelo município para entrega no mês seguinte à entidade correspondente, como é o IRS retido nos vencimentos, os descontos para a segurança social para além do valor do capital do Fundo de Apoio Municipal atribuído por força da Lei ao Município do Fundão.

Assim para os efeitos previstos na *REFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais atual Lei das Finanças Locais, a dívida a considerar é deduzida destes valores que totalizam no ano 2018 e neste balanço 678.352,39 logo o valor total da dívida total é de 56.460.116,00.

Dívida e Lei das Finanças Locais

Limite da Dívida

Perante a REFALEI os municípios que se encontram em excesso de dívida total (acima do limite da dívida), têm a obrigação de reduzir este mesmo excesso em 10%.

Vamos desta forma verificar o cumprimento desta obrigação:

Limite da Dívida Total 2018 – artigo 52º da RFALEI 32.642.302,00

Dívida Total a 01/01/2018 – 59.977.565,00

Excesso de Dívida a 01/01/2018 – 27.335.263,00

Dívida Total a 31/12/2018 – 56.460.116,00

Excesso da Dívida em 31/12/2018 – 23.817.814,00

Redução do Excesso -3.517.449,00 ou seja -12,86% = **13%**

O Município do Fundão cumpriu a redução do excesso em mais 3%.

Pagamentos em atraso

O Município do Fundão desde 31/12/2013 e até 31/12/2018 não regista no portal da DGAL pagamentos em atraso.

Pelo que cumpre o objectivo principal do PAEL e da LCPA.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º conjugado com o artigo 83º da RFALEI os municípios devem cumprir com a regra do equilíbrio orçamental tanto na fase de elaboração do orçamento como na fase da execução.

A regra a aplicar é a seguinte

Receita Corrente = ou > Despesa Corrente + Média das Amortizações

Então temos:

(1) Receita Corrente 2018 = 22.692.476,80

(2) Despesa corrente 2018 = 16.941.162,55

(3) Média das amortizações a considerar = 4.945.708,49

(2) + (3) = 21.886.871,04

Existe um saldo positivo de equilíbrio orçamental em 805.605,76

Pelo que se conclui que a execução do orçamento do ano 2018 cumpre com a regra do Equilíbrio Orçamental.

Índice de Endividamento

O índice de endividamento afere a situação financeira do Município quanto ao desequilíbrio estrutural ou conjuntural, ou seja que careça de reequilíbrio ou de saneamento.

O valor a calcular é Total da Dívida Líquida (REFALEI) sobre a média das receitas correntes dos últimos 3 anos.

Valor apurado em janeiro de 2014 (data de entrada em vigor da REFALEI) – 4,4

Valor apurado a 31/12/2018 – 56.460.116,00 / 21.761.535,00 = 2,59

O que significa que, de uma situação de desequilíbrio estrutural se atingiu um 3 anos uma situação de saneamento financeiro, cumprindo o estabelecido no Plano de Ajustamento Financeiro em execução.

Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação dos resultados obtidos para resultados transitados.

Relação dos documentos anexos ao relatório para aprovação

- Balanço;
- Demonstração de Resultados,
- Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados;
- Controlo Orçamental da Despesa;
- Controlo Orçamental da Receita;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- Fluxos de Caixa;
- Operações de Tesouraria;
- Modificações do Orçamento – Receita;
- Modificações do Orçamento – Despesa;
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Contratação Administrativa – Situação dos Contratos;
- Transferências Correntes – Despesa;
- Transferências de Capital – Despesa;
- Transferências Correntes – Receita;
- Transferências de Capital – Receita;
- Empréstimos;
- Outras Dívidas a Terceiros;

Anexos: Resumo Diário de Tesouraria; Síntese das Reconciliações Bancárias; Mapa de Fundos de Maneio; Relação de Acumulação de Funções e Relação Nominal de Responsáveis, relação dos descontos e retenções e entrega dos descontos e retenções.

Fazem ainda parte integrante da respectiva conta:

Relatório de acompanhamento do PAEL do 1º, 2º e 3º trimestre

Relação das dívidas de terceiros

Mapa dos compromissos Plurianuais

Devendo ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da referida Lei.